

6. Palavras finais

Como foi salientado, o objetivo da presente pesquisa foi mostrar não só as percepções dos adolescentes de 12 a 15 anos de idade, atendidos no Programa Sentinela de Itaboraí sobre a violência física sofrida, como explicar questões que permeiam a violência física, tais como a relação familiar desses adolescentes com seus pais e como esses adolescentes criariam seus filhos. Tornando-se as falas como instrumento prévio de avaliação, pergunta-se até que ponto a violência física é justificada e naturalizada por esses jovens que poderão reproduzi-la no futuro.

O processo para efetivar a pesquisa foi árduo, apesar de todo acolhimento da equipe do Programa Sentinela de Itaboraí. Tratou-se de um momento de conquista e habilidade, pois não se sabia se os responsáveis iriam concordar com a participação dos filhos na pesquisa, afinal a pesquisa iria mostrar a relação pais e filhos o que, para muitos responsáveis, deve ser algo particular ao seio familiar. Tinha-se dúvida também se os adolescentes se interessariam em participar do estudo. O pesquisador, ao entrar no campo de pesquisa, depara-se com o desconhecimento dos sujeitos que irá entrevistar: a relação é conquistada gradativamente, e a empatia entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa é o eixo para o desenvolvimento da mesma. Isso é muito importante, sobretudo quando esses sujeitos foram vítimas de violência, encontram-se fragilizados pela marca da violência ainda recente, devendo, portanto, haver todo cuidado por parte do pesquisador para não colocar a meta de concretizar a pesquisa à frente dos sentimentos dos entrevistados.

A vivência e a organização familiar das adolescentes entrevistadas são diferenciadas, mas, em ambas, há um ponto em comum: a inexistência de uma relação de diálogo com seus familiares. Maria pertence a uma família nuclear (pai, mãe e filhos), cujos problemas centrais, que geraram o encaminhamento para o Programa Sentinela, estavam pautados na manifestação de violência física em face da falta de habilidade dos pais, movidos pelo desespero de não saberem como lidar com as inusitadas situações que a adolescente criava para se auto-afirmar. Já a Vânia pertence a uma família cujo núcleo familiar é chefiado pela mãe. De acordo com os relatos de Vânia, a mãe dela utilizava punições físicas para corrigi-la quando ela, Vânia, fazia algo

considerado “errado” pela mãe, sinalizando a inexistência do diálogo entre filha e a mãe.

As adolescentes mencionaram que os pais conversavam com elas, porém a própria Vânia mostra a diferença entre conversa e diálogo, no momento em que salienta que só a mãe falava. Realmente existe uma diferença no sentido dado por Vânia: quando se conversa, muitas das vezes não se permite que o outro se expresse, já o diálogo é a conversa entre duas ou mais pessoas de forma respeitosa e de troca. Tanto para Maria como para Vânia, o diálogo foi algo ausente na relação pais e filhos. A violência física se manifestou pois, para impor autoridade, utilizando-se de punições físicas. Mediante a influência histórico-cultural, muitos pais não utilizam o diálogo como eixo da relação com seus filhos porque, incorporados do poder legitimado pela família e pela sociedade, determinam a seus filhos o que devem ou não fazer, traçam o futuro deles, não compreendem as atitudes e decisões dos filhos, os julgam e os condenam.

No entanto, deve-se chamar a atenção dos profissionais que estão envolvidos em trabalhos com a infância e a adolescência, em destaque o Programa Sentinela, para incentivar o diálogo entre pais e filhos. Um dos passos para essa provocação é mostrar aos responsáveis como é essa relação horizontal, através de uma prática profissional (profissional e usuário) de troca em busca de novos encaminhamentos para as situações vividas. Não basta simplesmente falar ao usuário que ele deve possuir uma postura aberta e horizontal em relação a seus filhos, mas mostrar-lhe como é uma relação de diálogo entre duas ou mais pessoas. Trata-se de uma construção gradativa que possivelmente irá se refletir no seio familiar. Uma outra questão a ser destacada refere-se à necessidade de se conhecer as percepções das vítimas sobre a violência sofrida porque, a partir do desvelamento dessas percepções, o profissional poderá traçar um acompanhamento pautado nas falas das vítimas, obtendo maior êxito na sua intervenção.

A violência física como mecanismo educativo é um fenômeno que vem persistindo ao longo dos séculos e pôde-se constatar, pelos relatos das adolescentes, que está muito presente nas relações familiares delas. Ela é justificada pelas entrevistadas por diversos fatores, mas destacou-se a necessidade que as vítimas têm de acreditar no amor dos pais por elas. As adolescentes, Maria e Vânia, reconhecem ter sofrido violência doméstica, mas justificam-na como forma de dizer para si mesmas e para os outros que os pais as amam, julgando ser o ato agressivo uma expressão de proteção.

A maioria dos pais justificam as punições físicas como veículo de “educar” e proteger, justificativa esta salientada pela mãe de Maria e demonstrada em duas pesquisas que merecem ser citadas neste contexto: a de Gonçalves (2003), junto a trinta mães residentes no Rio de Janeiro e municípios circunvizinhos, atendidas no Núcleo de Atenção à Criança Vítima de Violência, do Instituto de Pediatria Martagão Gesteira da UFRJ, no ano de 2001 e de Marques (2001), em 1986, com 43 mães residentes de comunidades e 14 de classe média do Rio de Janeiro. Porém, ao contrário dessas mães entrevistadas, que não percebiam suas punições físicas como um ato de violência, a mãe de Maria percebeu suas ações, as do seu marido (pai de Maria) e as do seu filho (irmão de Maria) como uma violência contra a adolescente.

As conseqüências da violência física sofrida pelas adolescentes são várias, tais como: fuga de casa; isolamento da vítima com os familiares; agressividade; ansiedade; baixa auto-estima; distúrbio de sono; distúrbio de alimentação; distúrbio no aprendizado; tristeza ou abatimento profundo e outros sinais de intolerância à violência sofrida. As adolescentes que participaram da pesquisa sinalizaram em suas falas dois tipos de conseqüências: em Maria, o aumento da agressividade e a saída de casa, já em Vânia, a busca de isolamento da mãe e o desejo de fugir de casa após o ato de punição. Ambas podem ter desenvolvido outros tipos de conseqüências, porém não as relataram durante a entrevista, afinal trata-se de um assunto delicado para falar, e as adolescentes mostraram-se ainda sensibilizadas com a situação que vivenciaram e vivenciam.

Cabem ainda ponderações necessárias para futuros estudos. Como mencionado no processo de realização da pesquisa no capítulo IV, fez-se o levantamento das fichas dos adolescentes entre 12 e 15 anos de idade que sofreram violência física intrafamiliar, e constatou-se o registro de três casos: dois de violência física como veículo de intimidação do agressor à vítima para concretizar o abuso sexual e perpetuá-lo, e um caso de violência física como mecanismo de “correção”, “educação”. No entanto, pretende-se destacar que, no caso de Vânia, a violência física não aparece como a violência notificada pelo Conselho Tutelar, apesar de estar evidente na relação mãe e filha. A mãe se vale de punições físicas para corrigir ações indesejadas praticadas pela filha. Logo surge a primeira observação, seguida de um questionamento: Até que ponto os demais adolescentes atendidos no Programa, mesmo que não sejam encaminhados com a notificação de violência física, sofrem com a mesma?

A segunda observação é quanto à necessidade de vigilância e reflexão crítica dos profissionais que desenvolvem trabalhos com a infância e a adolescência, com a naturalização da violência física, tendo em vista que o olhar desses profissionais será de fundamental importância para a notificação e o enfrentamento do fenômeno. Então, se o profissional não considerar determinados atos como violentos, conseqüentemente não irá registrá-los, e o caso passará despercebido e será naturalizado.

Cabe ressaltar que Gonçalves (2003) mostra a violência física como uma das expressões de violência mais freqüentes nos serviços. Em decorrência da alta incidência da mesma, faz-se necessário que se reflita, em estudos futuros, os motivos de ela não ser discutida com tanta ênfase pela sociedade e pelo universo acadêmico, como o abuso sexual.

Por fim, na terceira ponderação, considera-se oportuno chamar a atenção de Assistentes Sociais, Pedagogos, Psicólogos e de outros profissionais, cujos trabalhos estão atrelados à infância e à adolescência, para a exigência de uma reflexão junto às comunidades sobre a forma de os pais “educarem” seus filhos sem punições físicas, lembrando que tanto o meio influencia o homem como o homem influencia o meio e que, com pequenos passos, poder-se-á alcançar um movimento de mudança gradativa da maneira banalizada de a sociedade perceber a violência física contra a criança e o adolescente no âmbito doméstico, para vir a adotar uma postura de defesa, proteção e promoção de seus filhos, “*Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...*”.